A Censura Noticiada: um olhar sobre as notícias arquivadas na Hemeroteca Digital do OBCOM[1]

Cláudia Nonato[2]
Universidade de São Paulo

Resumo:

A partir dos arquivos da Hemeroteca Digital do OBCOM (Observatório da Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da ECA/USP), este artigo traz uma análise quantitativa de 347 notícias veiculadas na Internet sobre Censura, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2013. Como resultados, observamos que, segundo o material do acervo, a censura à imprensa é predominante entre as notícias, seguida da censura à Internet; a maioria das notícias é veiculada por grandes sites e portais; e o critério político é o mais utilizado, seguido do moral, entre outros. Com esse estudo de caso, pretendemos observar, identificar, analisar e entender como a censura aparece hoje nas notícias veiculadas pela Internet.

Palavras-chave: Hemeroteca digital; OBCOM; censura; notícias; Internet.

Introdução

Em toda a história da humanidade, diversas obras literárias e autores foram proibidos. Em 1789, a censura foi derrubada pela Revolução Francesa, a partir da publicação da Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão, que reconhecia a liberdade de imprensa. Antes disso, em 1791, a Constituição norte-americana colocou sob proteção constitucional a liberdade da religião, da palavra e da imprensa. Na Alemanha, o direito à livre expressão do pensamento foi proclamado em 1848, e quebrado totalmente em 1933, com a chegada de Hitler ao poder, e restabelecida em 1949. Mattos (2005, p.49) afirma que "durante o século XX, em virtude da proliferação de regimes autoritários, principalmente em países menos desenvolvidos, a censura foi exercida em todas as formas e de modo violento". Segundo o

[1]Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2]Jornalista, mestre e doutoranda em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – E-mail: claudia.nonato@usp.br

autor, países como a ex-União Soviética, China e Cuba, adotaram a censura como norma coercitiva em nome do socialismo.

Nos primeiros séculos da história do Brasil, o controle foi exercido de forma quase hegemônica pela Igreja Católica, "por meio das ordens religiosas aqui estabelecidas e de seus mecanismos coercitivos, dentre eles se destacando – por sua característica censória, de julgamento e condenação de ideias, comportamentos e atitudes – as Visitações do Santo Ofício" (Costa, 2006, p.28). Segundo a autora, a censura esteve presente no país por todo o Período Colonial, por meio de controle das ideias e manifestações de crença, sentimento e crítica. E, em resposta a isso, "o Brasil desenvolveu no interior de suas instituições uma secular necessidade de negociação com os trâmites do poder, como maneira de conviver com a intolerância e o preconceito endêmicos" (idem, p.34).

Atualmente, com a chegada da Internet e das redes sociais, e com a aparente liberdade de expressão trazida por essas mídias, surgiram novas formas de censura, exercidas não só pelo Estado, mas também pela própria sociedade e pelo Poder Judiciário. Essas manifestações têm ocupado lugar de destaque no noticiário e, para procurar entender como a censura é noticiada hoje, este artigo faz uma análise das notícias veiculadas sobre censura na Internet entre os anos de 2011 e 2013, a partir das notícias arquivadas na Hemeroteca Digital do OBCOM (Observatório da Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da ECA/USP). Para isso, mostraremos algumas definições de censura para, em seguida, mostrar os métodos e resultados da pesquisa.

Alguns pontos de vista sobre a censura

A **censura** é o processo de repressão da liberdade de expressão e de imprensa, e está diretamente relacionada ao poder, seja ou não do Estado. Para Mattos (2012, p. 101), o ato de censurar é tão antigo quanto a divulgação das ideias, e não há diferenças no conceito do ato de censurar; o que muda "é a aplicação dos instrumentos de controle". Segundo ele, a história registra, ao longo dos séculos, sob a tutela de regimes totalitários ou democráticos, como os governantes tentaram sufocar, por meio da censura, o esforço de comunicação (idem, 2005). Entre seus relatos, estão citações do Velho Testamento, proibições na sociedade grega e os tribunais do Santo Ofício, durante a Idade Média e o Renascimento. Mas foi após a invenção da tipografia de Gutenberg, no século XV, quando os papéis passaram a ser multiplicados, que a Igreja e o Estado começaram a proibir tudo o que não tivesse passado antes pela censura. Ato que infelizmente, se propagou até a

contemporaneidade, época em que "as pressões políticas e econômicas, em conjunto com a censura, exerceram e continuam exercendo, grande influência no desenvolvimento da mídia, inclusive na Internet." (2012, p. 102).

Cristina Costa (2006, 2011) considera a censura como um sentimento individual de imposição de ideias e pensamentos sobre a nossa subjetividade. Segundo a autora, a censura é anterior ao Estado; existe desde que desenvolvemos a individualidade e está na própria origem da subjetividade, ou seja, no pensamento humano. Para ela, a censura tem sido uma constante na vida brasileira em razão da condição colonial que marcou quatro séculos de nossa história.

Como uma política de Estado, o ato de censurar é, para Beatriz Kushnir, "a ação individual ou em grupo realizada por um censor – alguém designado pelo governo a pôr em prática o artifício censório – que, ao analisar obras de cunho artístico e/ou jornalístico, permite ou não a sua difusão" (2004, p. 35). Para a autora, a postura de vigiar e reprimir revela a intenção de manter uma harmonia social. Eugenio Bucci (2011) considera que a censura imposta pelo Estado reduz o cidadão quando este não tem o direito de saber o que a autoridade estatal sabe. Neste caso, ao invés de tutelar direitos e bens jurídicos, o Estado passa a tutelar a própria liberdade da pessoa e, desse modo, "entra em cena o cidadão pajeado, inferiorizado e infantilizado, rebaixado em seu estatuto de sujeito de direito" (p.10). Para ele, a obstrução imposta pelo Estado para bloquear o acesso do cidadão à informação é contrária ao Estado de Direito.

Ao falar sobre os jornalistas, Alberto Dines (apud Mattos, 2005, p.42) afirma que a censura também está na manipulação - que considera ser a mais sutil -, na falta de profundidade e apuração e, principalmente, na omissão, que também se caracterizaria como autocensura, "uma extensão da censura e que quase sempre pode atuar no jornalismo como parte invisível do corpo censorial ostensivo" (Bahia, 1990, p.329 apud Mattos, 2005, p.43). Para Kucinski (2002, p. 536), não é fácil tipificar a autocensura, porque "ela se confunde com mecanismos sistêmicos e inconscientes de censura inerentes ao processo social de construção da notícia". Esses mecanismos são *filtros* "vindos do poder econômico, do poder da publicidade, da barragem das fontes oficiais e da dominação ideológica" (Chomsky&Herman, 1988, apud Kuncinski, 2002, p. 538). Na opinião do autor, ao impedir o exercício da liberdade, a censura imposta pelo Estado não afeta a dignidade do jornalista, nem sua personalidade de "homem livre". Já a autocensura, ao fazer com que o jornalista aceite a sua restrição, tornando-se agente e objeto da repressão, "vai minando a integridade

do ser" (idem). Na situação de autocensura, "O jornalista assume a responsabilidade adicional de aferir e decidir o que é bom para o leitor e o que não é", completa.

Seja como repressão, imposição de ideias e pensamentos, imposta ou não pelo Estado, contra jornalistas, artistas, ou editoras, a censura sempre esteve presente em nossa história. Ou, como afirma Paul Moreira (2007), "desde sempre os homens do poder controlaram a informação, censuravam as verdades que punham em perigo o seu domínio". Hoje, com as novas mídias, há novas técnicas de censura e manipulação de informação que estão presentes no nosso cotidiano. Segundo o autor, já não basta eliminar ou suprimir uma notícia incômoda; a informação pode ser suprimida da televisão ou de um jornal impresso, mas não da Internet, que é incontrolável: a notícia multiplica-se rapidamente, e torna-se ainda mais visível. "Controlar a informação já não significa proibir, mas antes jogar influências, organizar o espetáculo" (idem, p. 15), completa.

Para melhor visualizar os novos sentidos de censura, fizemos uma análise quantitativa das notícias postadas em sites, portais e blogs, como veremos a seguir. Com essa pesquisa, teremos um mapa dos países mais citados, e também os objetos e critérios de censura mais utilizados, como veremos a seguir.

A Censura Noticiada - Amostra e Resultados

A amostra pesquisada é do acervo de notícias da Hemeroteca Miroel Silveira, pertencente ao Observatório da Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) - da Universidade de São Paulo, que reúne pesquisas em torno de práticas de interdição à liberdade de expressão ocorridas no passado e também na atualidade. Sediado na Escola de Comunicações e Artes, o OBCOM é um grupo de natureza acadêmica, com caráter interdisciplinar, e com a participação de docentes, pesquisadores e especialistas de diversas áreas do conhecimento, vinculados ou não à USP. Foi criado em 2000, a partir da doação do arquivo Miroel Silveira, acervo de processos de censura prévia ao teatro realizada entre 1930 e 1970 no Estado de São Paulo.

Hoje o grupo atualizou e ampliou suas pesquisas, abarcando seus estudos para todas as tentativas de restrição à expressão individual, artística e cultural. A partir desse acervo, os pesquisadores começaram um trabalho de observação e análise de processos censórios

no Brasil, e criaram uma hemeroteca digital, para mapear indícios de censura na contemporaneidade. Segundo o site do Observatório[3],

> Uma hemeroteca é uma coleção de publicações periódicas que compõe uma base de dados, a fim de conservá-los e proporcionar uma base referencial para análises posteriores. Abrangendo um acervo de materiais informativos e opinativos relacionados à censura e divulgados pela mídia nos últimos anos, a hemeroteca do OBCOM cumpre o papel de observar as ocorrências atuais de censura, suas repercussões mundiais e a opinião pública a respeito de tais fatos.

O acervo da Hemeroteca é, em sua maioria, digital, procurando, segundo o texto do site, "trazer a nova perspectiva da Internet – fluida e globalizada". Está dividido nas categorias *artigo, comentário, entrevista, nota oficial, nota, notícia e reportagem*, e dispõe de mecanismos de busca, onde é possível utilizar palavras-chave, localizar autores e fontes. Para este artigo, verificamos que as coletas foram feitas entre agosto de 2001 e janeiro de 2013, reunindo 990 publicações em português, inglês e espanhol; desse total, 210 são artigos, seis comentários, 32 entrevistas, sete notas oficiais, 480 notícias e 188 reportagens no total. Optamos por fazer uma análise quantitativa das *notícias*, para assim verificarmos como a censura está sendo vista e divulgada pelos meios de comunicação via Internet: sites, portais e blogs.

Para tanto, foi feita uma seleção, baseada em critérios próprios: foram escolhidas apenas notícias em língua portuguesa, e também aquelas que se referiam diretamente a atos censórios. Além disso, foram utilizadas somente notícias veiculadas entre os anos de 2011 e 2013, e eliminadas aquelas em duplicidade, chegando ao total de 347 notícias. Observamos que a maioria está concentrada no ano de 2012, fator que traz atualidade para a pesquisa. Após essa seleção, as 347 notícias selecionadas foram separadas por ano, País (local onde ocorreu a censura noticiada), veículo, objeto de censura e critério/tipo. Da amostra geral, chegamos aos seguintes resultados:

[3] Disponível em http://obcom.nap.usp.br/. Acesso em 11/07/2013.

a) Os países que mais aparecem nas notícias

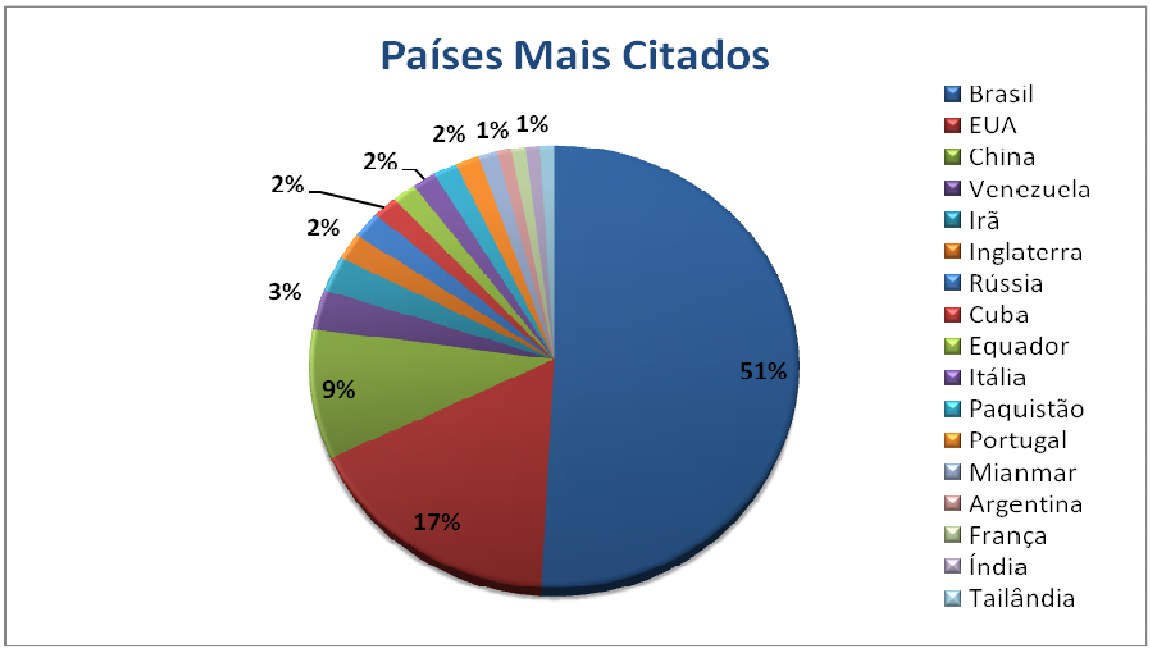

Figura 1

O Brasil é o país mais citado entre as notícias, com 51% do total, seguido dos Estados Unidos (17%), China (9%), Venezuela (3%) e Irã (2%). Acreditamos que o fato de terem sido selecionadas apenas notícias em língua portuguesa favorece a posição do Brasil. Ao mesmo tempo, o resultado corrobora com relatórios divulgados recentemente pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e pela ONG *Article 19*, entre outros, que relatam, no país, o crescimento da censura judicial, principalmente contra a imprensa, e a ampliação do poder dos magistrados. São inúmeras decisões judiciais proibindo jornais, emissora de rádio e de TV, sites e blogs de publicarem reportagens sobre os mais variados temas. Segundo esses relatórios, a morosidade do Judiciário brasileiro não apenas contribui para a impunidade nos casos de atentados a veículos e profissionais de imprensa, como prolonga a vigência de medidas de censura adotadas por instâncias inferiores, sem que os respectivos recursos sejam julgados. Para Bucci (2011, p.6), vivemos uma espécie de "banalização da mordaça togada, que vai se convertendo em rotina – incômoda, é verdade, mas, ainda assim, uma rotina".

Entre os casos citados, está o do jornal *O Estado de S. Paulo*, há quatro anos na Justiça, atualmente aguardando julgamento de recurso. No dia 31 de julho de 2009, o desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), proibiu o veículo de publicar uma reportagem sobre a Operação *Boi Barrica*, a pedido do empresário Fernando Sarney, filho de José Sarney, Presidente do Senado e ex-

presidente da República. A reportagem trazia informações resultantes das gravações obtidas pela Polícia Federal do Maranhão, sobre supostas irregularidades praticadas pelo empresário. Outro caso famoso de censura foi do blog *Falha de S.Paulo,* retirado do ar em outubro de 2010, diante de ação judicial, por fazer críticas bem humoradas e paródias do conteúdo noticioso do jornal. A *Folha de S. Paulo* abriu processo alegando "uso indevido da marca" e pedindo indenização por danos morais em dinheiro. O juiz concedeu a liminar, e o site ficou menos de um mês no ar.

Há também casos de livros censurados, como "Roberto Carlos em Detalhes", de Paulo Cesar de Araújo, biografia não autorizada do cantor Roberto Carlos, e também de jornalistas que foram dispensados por terem emitido comentários ou opiniões pessoais em suas páginas pessoais do *Twitter* ou do *Facebook*, entre outros.

b) Imprensa e Internet são os objetos mais censurados

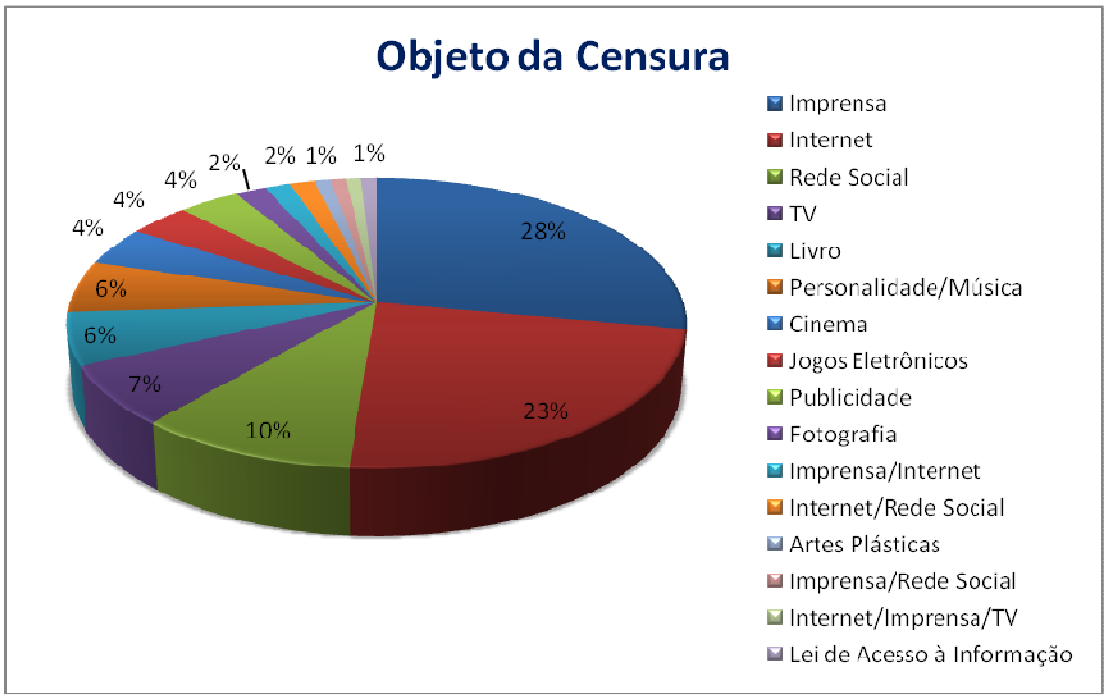

Figura 2

A Imprensa aparece como sendo, segundo as notícias, o principal objeto da Censura, com 28% do total, seguida da Internet, com 23%. Ambas reúnem 51% das notícias. Historicamente, a imprensa é um dos alvos preferidos da censura. No Brasil, por exemplo, a prática da tipografia foi proibida até a chegada da família real, em 1808, ato que tinha o objetivo de manter incontestado o absolutismo dos reis portugueses. A consequência dessa censura foi a total inexistência de órgãos de imprensa no Brasil colônia (Mattos 2005,

p.100). Como se sabe, o primeiro jornal brasileiro a ser publicado sem a interferência da censura portuguesa foi o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa em Londres. Foi também nessa época que surgiram os primeiros confiscos a jornais "revolucionários" no país. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro (2003, p.20) "a fundação da imprensa Régia no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808 e a imediata transformação do Desembargo do Paço em órgão censor no Brasil, conforme decreto assinado por D. João VI em 27 de setembro daquele mesmo ano", são dois marcos históricos para o início da conturbada relação entre imprensa militante e censura no país, caracterizada pela ação do Estado (a "repressão institucionalizada") e pela resistência.

Nos primeiros anos do século XX, com o declínio da República Velha e a Europa marcada pela I Guerra Mundial, a censura organizada pela República lançou as bases do que viria ser um dos braços fortes do Estado Novo de Getúlio Vargas. Um novo capítulo começa a partir desse governo, que em 1935, instituiu a Nova Lei da Imprensa e, em 1937, com a nova Constituição, estabeleceu a censura prévia aos veículos de comunicação. Por meio de um novo decreto, foi criado em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que fortaleceu ainda mais a censura.

O DIP era subordinado à presidência da República e contava com a orientação de um conselho nacional composto pela Associação Brasileira de Imprensa, Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. Em 1945, após a queda de Getúlio Vargas, então presidente interino, José Linhares, liberou a censura aos programas de rádio, fase que durou apenas 43 dias, com a criação do Serviço de Censura de Diversões Públicas, do Departamento Federal de Segurança Pública, que mais tarde passou a ser o Departamento de Polícia Federal. Segundo Costa (2006, p.146), "a filiação da censura à Segurança Pública começa a dar um novo perfil aos censores e à sua prática, que ia perdendo o lustro intelectual e assumindo cada vez mais o papel de repressão policial".

No mesmo ano, foi aprovada uma nova constituição, em que se assegurava a liberdade de comunicação escrita. Os anos de pós-guerra foram marcados por perseguições a jornais e jornalistas ligados ao Partido Comunista, com registros de confrontos, apreensões e prisões. Politicamente, houve o retorno e posterior suicídio de Getúlio Vargas; a renúncia de Jânio Quadros e o golpe de 1964, que depôs João Goulart e, por meio do Ato Institucional n°1, elegeu para presidente o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Era o início da ditadura militar no Brasil.

Durante esse período, foram instituídos por Castelo Branco e, posteriormente, por Costa e Silva, diversos Atos Institucionais (AI) que cerceavam a liberdade de imprensa. Mas foi com o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que a censura voltou a ser exercida com toda a força no país (Mattos, 2005, p.115). Nos dias seguintes à edição do AI-5 foram feitas mais de 200 prisões de jornalistas, políticos, artistas, professores e religiosos. Em 1969, a Junta Militar modificou a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, e restabeleceu a censura à imprensa. Foi um dos períodos mais difíceis, em que o Estado exerceu todo o seu controle sobre os veículos de comunicação.

Além da perseguição a jornais e revistas, que foram censurados, invadidos ou lacrados pela força policial, a televisão foi um dos principais alvos da censura da época do regime militar. Esse controle facilitou a manipulação da opinião pública, limitou o crescimento da produção do próprio veículo, castrou a criatividade e incentivou a autocensura, "que passou a ser adotada pelas próprias emissoras, que constituíram seus departamentos de autocensura ou de controle de qualidade" (Mattos, 2005, p.118). O AI-5 foi revogado em 1978, mas o Serviço de Censura da Polícia Federal continuou a agir sobre toda a produção cultural e intelectual do país até 1988, quando foi promulgada a atual Constituição. Nos últimos vinte anos uma aparente calmaria pairou sobre as discussões em torno da censura. Na verdade, os antigos métodos foram, aos poucos, substituídos por novas formas de controle da informação e do seu conteúdo. Para Mattos (2012, p. 106), ocorre uma "manipulação sutil da informação, quando a imprensa perde a capacidade de estabelecer diferenças e passa a trabalhar os fatos baseando-se em generalizações, por meio do constrangimento, da omissão (autocensura) e da indiferença".

Mudaram os meios e os processos produtivos dos jornais. Mas as empresas de comunicação mantiveram o filtro, o controle. Os jornalistas buscaram nas redes sociais a liberdade de expressão. Mas precisam arcar com as consequências do que é publicado/postado; estão descobrindo, da pior maneira, que as redes sociais não estão livres do controle do Estado, da Justiça, das Empresas de Comunicação.

c) A Censura na Internet e Redes Sociais

Criada sob o paradigma de liberdade onde, segundo Castells (2001), "a liberdade de expressão podia se difundir através do planeta, sem depender da mídia, uma vez que muitos podiam interagir com muitos de maneira irrestrita" (p. 139), a Internet logo trouxe novas preocupações, principalmente com o controle. Para o autor, "a Internet não é mais uma esfera livre, mas tampouco realizou a profecia orwelliana. É um terreno contestado, onde a nova e fundamental batalha pela liberdade na Era da Informação está sendo disputada" (idem; p. 141).

Para o sociólogo[4], a Internet potencializou o grau de autonomia das pessoas para se comunicar, informar e organizar suas próprias redes de sociabilidade. Ou seja, contrariando a vontade dos governos, a Internet trouxe a independência da sociedade civil tornando-se, incontrolável, e desconectá-la totalmente seria a única maneira de silenciar a rede. "É um preço que nenhum país pode pagar porque, além da livre expressão, a rede é educação, economia, negócios. É a eletricidade de nossa sociedade", completa.

No *livro Comunicación Y Poder* (2009), Castells mostra como a Internet tem mudado os paradigmas da relação entre comunicação e poder. Em entrevista concedida ao jornal *El País* em 2009[5], o autor afirma que, atualmente, o Estado tem um grande problema com a Internet porque "perdeu a capacidade de informação e comunicação sobre as quais se baseou o poder ao longo da história". Como saída, a vigilância é sempre a solução encontrada pelos governantes, mas, diferente do que ocorria antes, agora a sociedade também pode vigiá-los. Para ele, o poder se defende da criação dessa liberdade tentando esgotar o máximo possível os espaços, seja monopolizando as operadoras, censurando, fechando servidores ou introduzindo legislações de controle. "Não se pode interferir na internet. Pode-se fechar um servidor. Abre-se outro servidor", completa.

Para o sociólogo, "a internet abriu esferas de liberdade que não tínhamos antes", mas, esferas que não tem conteúdo, uma liberdade que pode ter resultados bons ou negativos, dependendo de sua utilização. Além disso, "o novo meio incide nas relações de poder incrementando o poder dos que tinham menos poder". Ou seja, os cidadãos encontraram na internet o seu canal de comunicação e resistência; o Estado e as grandes empresas não perderam o seu poder; mas reagem tentando esgotar ao máximo os espaços de

[4] Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, em 21/09/2010
[5] Entrevista disponível em http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/28245-a-internet-muda-os-paradigmas-da-relacao-entre-comunicacao-e-poder-entrevista-com-manuel-castells

liberdade, reduzindo o acesso às modernas tecnologias de informação, aos provedores de serviço e à banda larga, por exemplo.

Depois da Internet e da Imprensa, o foco da censura está nas redes sociais. Em nossa pesquisa, verificamos que os Estados Unidos aparecem como sendo o país que mais censura as redes sociais (76% do total), seguido pela China, que proíbe e bloqueia totalmente o *Twitter, Facebook e You Tube* em seu território. No Brasil, como veremos mais adiante, a censura a redes sociais está na quinta posição.

Ao fazermos um recorte no grupo do Brasil, observamos que alguns dados se repetem: quanto ao objeto da censura noticiada, 31% é a imprensa, 16% Internet. A terceira posição, que na classificação geral fica para as redes sociais, é ocupada no país pela televisão (10%), seguida dos jogos eletrônicos. As redes sociais aparecem em quinto lugar.

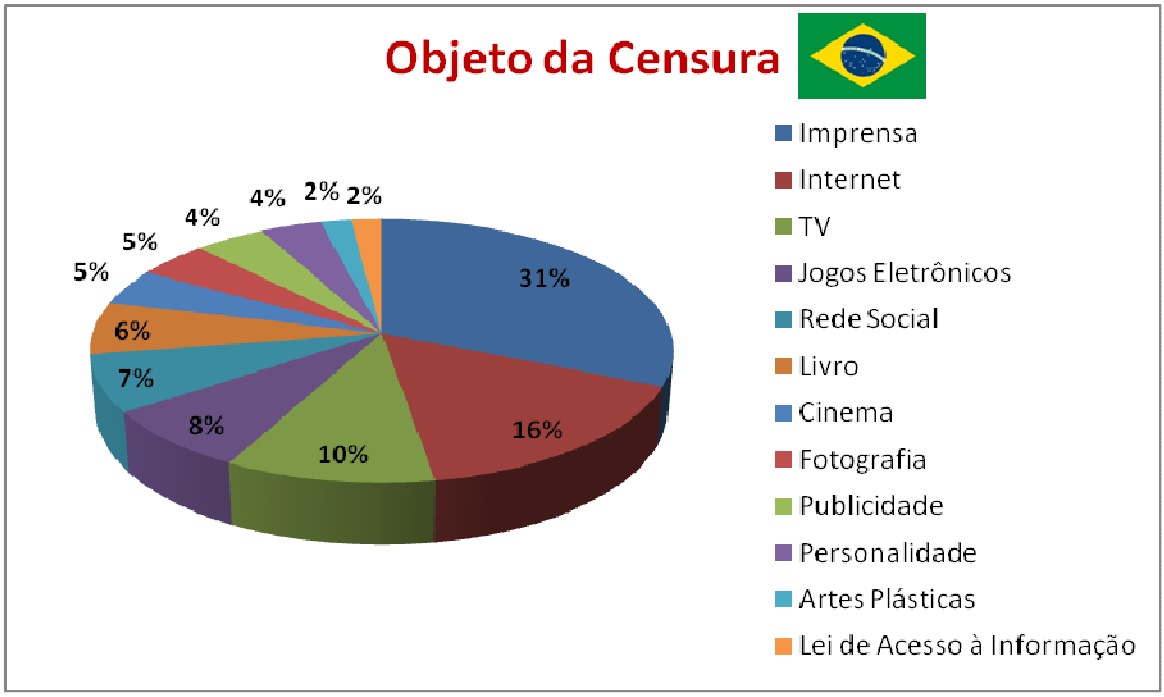

Figura 3

d) Onde são veiculadas as notícias

A maioria das notícias está publicada nos principais portais de comunicação brasileiros. O portal Terra aparece como aquele que mais publicou notícias sobre censura (23% das notícias), seguido do site do jornal Folha de S. Paulo (13%), do Portal Imprensa (10%) e do UOL (8%). Em seguida aparecem G1, O Globo e O Estado de S. Paulo, todos com 7% das notícias.

Vale destacar que os muitos jornalistas utilizam seus blogs para denunciar a censura. Nos últimos anos, estes profissionais passaram a utilizar o blog não só como meio de sobrevivência, mas também como ferramenta para a denúncia, revelando problemas como patrulhamento, tentativa de controle por parte de empresas de comunicação, cerceamento financeiro e censura. Problemas que não são tão novos assim, mas que trouxeram à tona novos debates para a sociedade: nunca se falou tanto em liberdade de expressão como agora. Além disso, ao contrário do esperado, tais problemas fizeram com que os jornalistas blogueiros se destacassem na mídia, sendo, inclusive, rotulados como os atuais representantes da liberdade de expressão, por fazerem um jornalismo, em alguns casos, contra-hegemônico e alternativo, diferenciado da mídia tradicional.

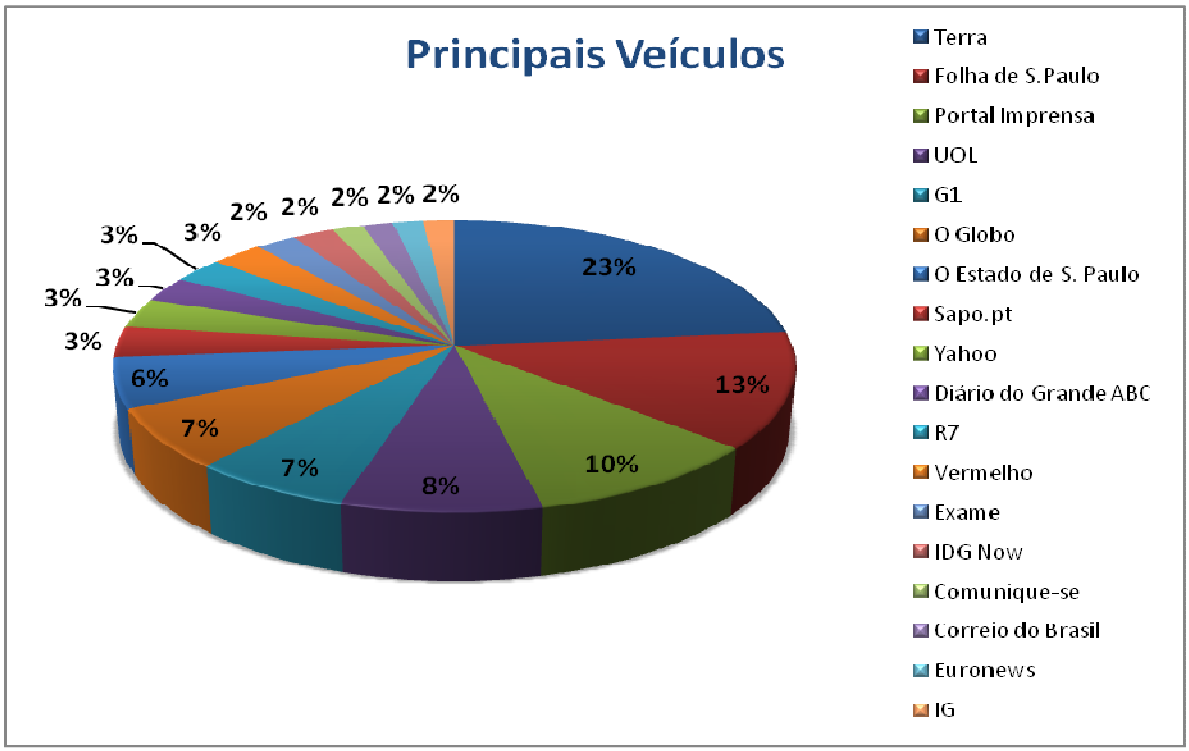

Figura 4

e) Os critérios mais utilizados nas notícias sobre censura

O critério político foi o mais utilizado nas notícias, com 58% do total, seguido do moral (20%), e da Classificação Indicativa, com 8%. No recorte do Brasil a ordem dos critérios é a mesma, 51% político; 24% moral e 17% classificação indicativa. As notícias mostram que, no país, a censura está muito presente em questões eleitorais e também nas decisões judiciais favoráveis a políticos descontentes com notícias publicadas em sites e blogs.

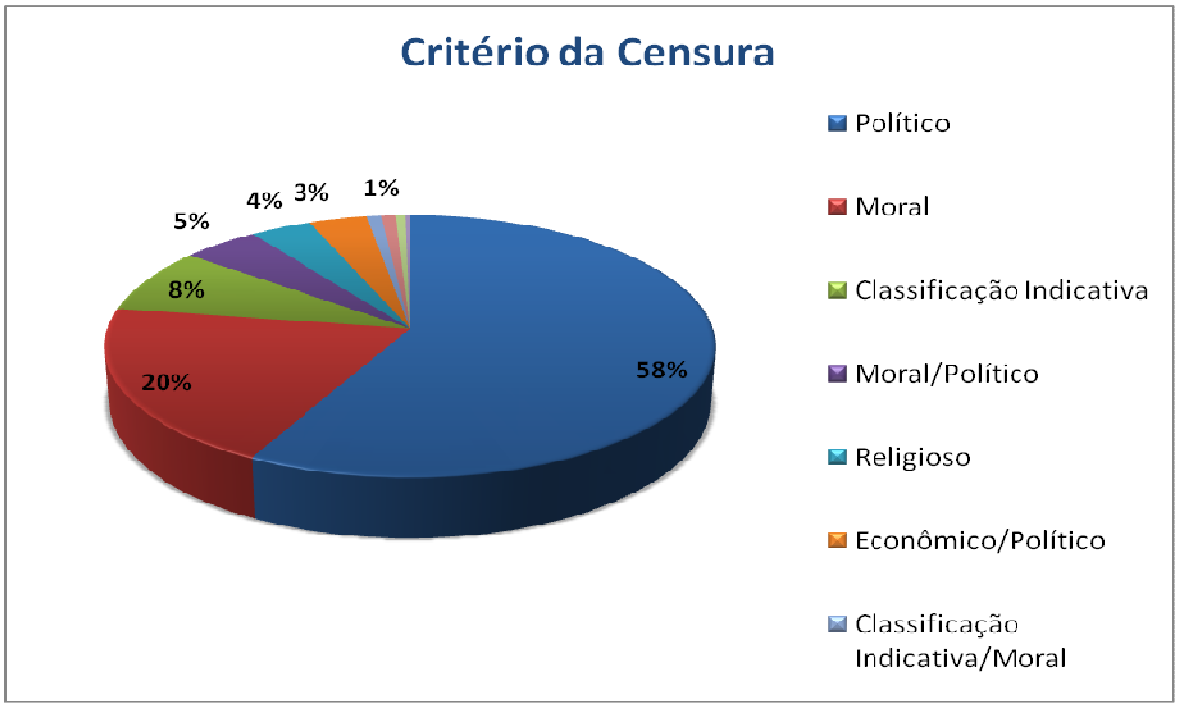

Figura 5

O critério político está diretamente relacionado à imprensa. O critério moral está presente em notícias sobre redes sociais (exclusão de conteúdo considerado inadequado), anúncios publicitários, fotos ou filmes proibidos. A classificação indicativa aparece principalmente nas notícias relacionadas ao controle a jogos eletrônicos (videogames) e ao conteúdo de programas de televisão. O critério religioso é quase ausente no país.

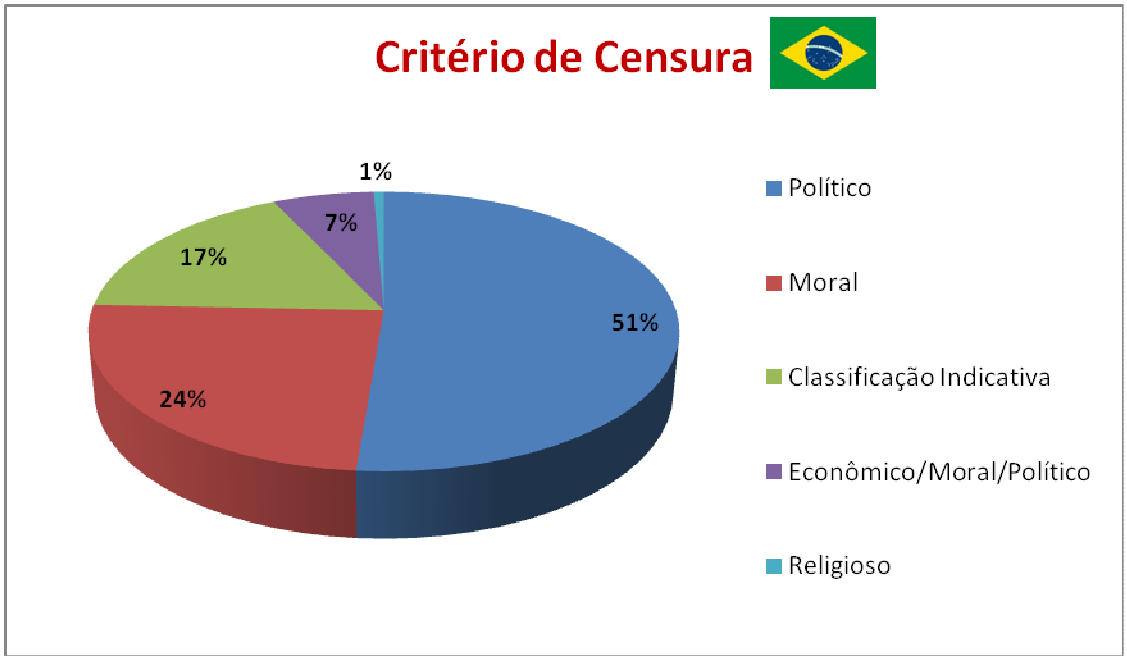

Figura 6

Considerações finais

Os resultados nos mostram que, embora estejamos na era da liberdade de expressão e da "Sociedade em Rede" (Castells), a censura ainda está muito presente em nosso cotidiano. De acordo com as notícias, o critério político ainda aparece em primeiro lugar, mas, diferentemente da História, hoje a censura não é imposta apenas pelo Estado. Ela é também é imposta pela própria sociedade (por meio do critério moral) e pelas corporações/organizações (critério econômico/financeiro). São novas formas de censura, que reacendem o debate sobre a democratização da informação e dos meios de comunicação. Tais mudanças também modificaram e ampliaram o sentido de liberdade de expressão estabelecido até aqui, que precisam ser observados e acompanhados de perto pela sociedade.

Referências Bibliográficas

BUCCI, Eugenio. **A imprensa e o dever da liberdade**. A independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009

_____**O desejo de censura**. Publicado na edição 653 do site Observatório da Imprensa em 01/08/2011. Disponível em http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_desejo_de_censura

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imprensa irreverente, tipos subversivos. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci ; KOSSOY, Boris (Orgs.). **A imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

_____. A **internet muda os paradigmas da relação entre comunicação e poder**. Publicado no site Conteúdos Digitais em 11/07/2010. Disponível em http://culturadigital.br/conteudosdigitais/2010/07/12/a-internet-muda-os-paradigmas-da-relacao-entre-comunicacao-e-poder-entrevista-com-manuel-castells/

COSTA, Cristina. **Censura em cena.** Teatro e Censura no Brasil. O arquivo Miroel Silveira. São Paulo: Edusp & Imprensa Oficial, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: **história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 533-551.

_____; LIMA, Venício A. de. **Diálogos da perplexidade**. Reflexões críticas sobre a mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2004.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada**. A história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Comunicação).
_____. O jornalismo brasileiro continua sob censura. In COSTA, Cristina (Org.): **Seminários sobre censura**. Núcleo de pesquisa em comunicação e censura (NPCC/ECA/USP). São Paulo: Fapesp; Balão Editorial, 2012.

MOREIRA, Paul. **As novas censuras**. Nos bastidores da manipulação da informação. Tradução portuguesa de Rodrigo Chambel. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2007.